
Mosaico identificatório: Uma proposta de Identidade do Sujeito Psicanalítico

Jamile Cesar¹

A IDENTIDADE DO SUJEITO

É bem verdade que Freud jamais se ocupou em discutir a identidade de maneira que esse termo sequer existe em sua obra. Consequentemente, também não estava em seu horizonte de objetivos modificar as concepções filosóficas do que poderia ser definido como sujeito naquele período, mesmo que isso tenha se mostrado inevitável a partir do paradigma do inconsciente. Por isso, não podemos negar que seu trabalho teve fundamental importância na fissura que se instaurou sobre a concepção de sujeito dominante no pensamento ocidental até então. Daí sua alcunha como um dos “mestres da suspeita” (RICOEUR, 1965,

¹ Psicanalista, doutora em psicologia cultural semiótica, mestre em psicologia do desenvolvimento, diretora do Seminário Interdisciplinar de Psicanálise (SIPSI). jamillecesar@gmail.com

p. 37), por introduzir a dúvida, ou o inconsciente, onde antes havia certa certeza, ou razão.

Antes de qualquer coisa, é importante destacar que sujeito, identidade e identificações, apesar de serem termos diferentes, que agrupam sob suas respectivas tutelas uma série de definições vazias, contraditórias e conflitantes, ainda assim guardam certa equivalência, de maneira que é possível estabelecer um paralelismo entre ambos (HALL, 2006; ERIKSON, 1987; ARNETT, 2015; HAMMACK & TOOLIS, 2015; SCHOEN-FERREIRA ET AL., 2003; TAJFEL E TURNER, 1979; ROSA, 1998)

Por isso, ao lançar um olhar atento sobre o percurso filosófico em torno da noção de sujeito, vemos que toda tentativa de dizer o que é o sujeito é também uma tentativa de o identificar e, portanto, lhe conferir uma identidade.

Em vista disso, embora na contemporaneidade a identidade tenha se tornado um tema de amplo interesse no campo das ciências humanas (GIDDENS 2002; HALL, 2006; CASTELS, 2018) e, conseqüentemente, no campo da psicologia (ERIKSON, 1987; TAJFEL & TURNER; 1979; OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2009) as discussões acerca dessa temática não se

restringem a este campo, nem a este momento específico, podendo ser rastreadas até pelo menos o século V a.C. na filosofia, sob outra roupagem.

Um dos primeiros usos da noção de “identidade” que nos interessa aqui pela influência que exerceu sobre a maneira de pensar este tema desde então, parte de uma perspectiva monista e estática da realidade, pensada por Parmênides. É ele quem, em alguma medida, inaugura as discussões acerca deste assunto ao argumentar que a mudança e a multiplicidade eram meras ilusões, sustentando que tudo o que existe deve ser eterno e imutável. De acordo com suas palavras, "o ser não é divisível, pois é completamente idêntico" a si mesmo (PARMÊNIDES, apud BORNHEIM, 2005, p. 56). Essa concepção implica que o ser, essa categoria ontológica, deve ser compreendido como aquilo que possui a essência mais fundamental, sendo toda mudança percebida apenas como uma ilusão aparente. Tal visão estabelece uma das bases estruturantes do pensamento lógico, conhecida como o "princípio da identidade" (COPI, 1968, p. 256).

Contudo, é na modernidade que a discussão sobre a identidade ganha maior destaque a partir de uma outra

discussão adjacente; a discussão sobre o sujeito, conforme a proposta de René Descartes (1596–1650), que ao buscar uma verdade inabalável por meio da dúvida metódica, introduz o dualismo entre corpo e espírito, ou mais precisamente entre a "*res cogitans*" e a "*res extensa*". Nesse contexto, surge o sujeito moderno, que apesar de constituído por estas duas instâncias, era autodeterminado e indivisível. Como o próprio Descartes afirma: "Pois, com efeito, quando considero meu espírito, isto é, eu mesmo na medida em que sou apenas uma coisa que pensa, não posso aí distinguir partes algumas, mas concebo como uma coisa única e inteira" (DESCARTES, 1979, p. 139.) Assim, embora distinto do corpo enquanto *res extensa*, o espírito, a *res cogitans*, ou "coisa que pensa", que era entendida como o próprio eu, mantinha uma característica que o aproximava do ser parmenídico: sua indivisibilidade.

Este é o sujeito do iluminismo, o sujeito cartesiano, racional. Um sujeito do "Penso, logo existo" (DESCARTES, 1979, p.94), individualista e masculino, que emergia na ocasião de seu nascimento e permanecia essencialmente o mesmo ao longo da vida. (HALL, 2006, p.12). Foi esse o modelo que durante muito tempo guiou o pensamento moderno, sempre submetido ao axioma da paridade entre sujeito e consciência,

cujo atributo principal é, entre outras coisas, a autotransparência (MONZANI, 1989), a capacidade de chegar à verdade, de si e das coisas, através do uso da razão.

Por outro lado, como observado por Monzani (1989), a supremacia do sujeito racional cartesiano, concebido como íntegro e autotransparente, não permaneceu isenta de críticas. O moralista francês François de La Rochefoucauld (1613–1680) destacou-se como um dos primeiros a questionar essa visão, ao apontar a existência de um desconhecimento intrínseco a esse sujeito. Para ele a razão era subordinada às paixões, o verdadeiro motor das ações humanas. Ao contrário do sujeito cartesiano, guiado pela racionalidade, o sujeito, para La Rochefoucauld, é motivado por interesses ocultos, vaidade e desejo de autoafirmação, mesmo quando acredita estar sendo racional ou virtuoso. Esse desconhecimento de suas motivações, segundo o autor, conduz frequentemente a distorções da verdade, revelando uma faceta menos consciente e controlada da condição humana, do que se supunha até então.

No entanto, apesar das críticas de La Rochefoucauld, a grande transformação na concepção de sujeito só iria ocorrer significativamente mais tarde, com a formulação do conceito de

inconsciente por Freud (1856–1939). Desenvolvido inicialmente a partir do estudo de casos de pacientes histéricas, em colaboração com o psiquiatra Josef Breuer (FREUD & BREUER, 1893–1895), Freud começou a delinear a noção de uma consciência que, diferentemente do que se acreditava até então, não era plenamente racional nem autotransparente. Pelo contrário, ela revelava uma dimensão de opacidade que escapava ao controle e à compreensão imediata do próprio sujeito.

Muito já se escreveu sobre os *Estudos sobre a Histeria* (1893–1895) e sobre o desenvolvimento da teoria do inconsciente, tornando desnecessário retomar aqui toda essa trajetória histórica. Em vez disso, é mais pertinente destacar o impacto da introdução dessa instância opaca e não racional na concepção de sujeito, provocando um deslocamento de sua centralidade, clivando-o. Não se trata mais de um sujeito cuja identidade pode ser reduzida a uma lógica tautológica expressa a partir dos termos lógicos $A \rightarrow A$; ao contrário, emerge agora um sujeito cuja identidade rompe com esse paradigma, podendo ser melhor representado por $A \cong B$ (CESAR & TATEO, 2024). Em outras palavras o sujeito que outrora era tomado como idêntico a si mesmo, é agora melhor compreendido como

alguém que guarda alguma semelhança ao mesmo tempo em que é diferente do outro.

IDENTIDADE EM PSICANÁLISE

Como dito no início, Freud jamais falou sobre identidade, de maneira que o termo sequer aparece em suas publicações. Essa ausência, como destacado por Soler (2018, p.14), leva muitos a concluírem que este não é um problema para o nosso campo, ou mais radicalmente concluírem sobre a inexistência da própria identidade.

Tal equívoco parece ser reforçado pela própria formulação do inconsciente, na medida em que, como exposto anteriormente, ele inviabiliza a concepção de um sujeito autotransparente. Ao contrário do sujeito cartesiano, o sujeito freudiano é estruturado pela cisão, atravessado pelas pulsões e por uma opacidade constitutiva, o que compromete qualquer ideal de unidade substancial. Em outros termos, não se pode conceber uma identidade enquanto sujeito idêntico a si mesmo, uma vez que o Eu, como Freud afirmou “não é senhor em sua própria casa” (FREUD, 2010, p186)

A questão é que em vez de falar em identidade, o que temos no campo da psicanálise é a noção de identificação, que é

proposta como sendo "a mais antiga manifestação de uma *ligação afetiva* a uma outra pessoa" (FREUD, 1920-1923, p. 46). A ação de tomar "um traço da pessoa-objeto", um ato de introjeção, no qual algo do outro é acolhido, configurando o próprio Eu à semelhança daquele que é tomado como "modelo" (Idem 1920–1923, p. 49 e 64). Trata-se de um elemento afetivo de importância fundamental, não apenas para a constituição da pessoa, mas também para o estabelecimento de sua relação com o outro, ou seja, de suas relações sociais.

Lacan, por outro lado, afirma que “O importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante.” (LACAN, 2003, p13). Ou seja, desloca o foco da relação com o outro, para a relação com o significante. No entanto, essa mesma afirmação quando tomada em articulação a noção de que “o Sujeito se constitui pelos efeitos do significante” (LACAN, 1963,1985, p.122) e de que o significante “se caracteriza por representar um sujeito para outro significante.” (Idem, p.68), nos dá indícios de que sujeito, identidade e identificações, embora diferenciados em sua teoria, permanecem intimamente conectados.

É válido destacar ainda, que para Lacan a noção de

identidade como algo estável, uno e essencial simplesmente não existe, pois ela é substituída pela lógica das identificações e pela estrutura do sujeito como efeito do significante. Ele critica a noção lógica de identidade como sujeito igual a si mesmo afirmando que “A é A, se é tão igual assim, porque separá-lo dele mesmo, para tão depressa aí recolocá-lo?” (LACAN, 2003, p. 14) Para Lacan trata-se de uma tautologia impossível, pois o sujeito nunca é idêntico a si mesmo, mas sempre remetido a alguma ou algumas outras coisas, que o represente.

Nesse sentido, não se poderia falar em identidade para o sujeito da psicanálise, seja por que não há teoria do sujeito em Freud (MACHADO, 2024), seja por que não há identidade como $A \rightarrow A$ em Lacan (STARNINO, 2016). O que se tem em lugar disso são as identificações.

Mas será que é mesmo impossível pensar em identidade na psicanálise?

POR UMA NOVA IDENTIDADE

Se as identificações operam como elementos que representam o sujeito, exprimindo algo de sua posição no campo do desejo e na cadeia significante, por que não as conceber como uma forma possível de identidade? Ou mais precisamente, como

o conjunto singular de traços que conferem a cada sujeito sua particularidade? Cada indivíduo é atravessado por suas próprias identificações, construídas ao longo de sua história e da relação com o outro; por isso, é nelas que se encontra o que mais se aproxima de uma identidade no campo da psicanálise, entendida não como essência ou unidade, mas como aquilo que, ainda que fragmentariamente, designa e diferencia o sujeito para o outro.

Em vista disso saímos da noção de sujeito idêntico a si mesmo $A \rightarrow A$, para ir em direção de um sujeito mais ou menos semelhante ao outro $A \cong B$ (CESAR & TATEO, 2024). Se abrindo então a possibilidade de formular algo novo, uma identidade para o sujeito da psicanálise. Uma que pode ser definida como o conjunto de identificações que estabelecemos ao longo da vida (CESAR & TATEO, 2024). Uma identidade que mais se parece, uma colcha de retalhos, um mosaico identificatório (CESAR & TATEO, 2024).

Essa proposta de uma identidade enquanto mosaico por um lado preserva o que há de mais caro ao sujeito da psicanálise, que é a opacidade do inconsciente, mas por outro lado permite darmos a devida importância as relações que estabelecemos com os outros e as consequências que daí advém. Um processo que,

num esforço de poesia, remete à conhecida citação frequentemente atribuída a Antoine de Saint-Exupéry, segundo a qual "Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós". Tal expressão simboliza de maneira sensível a lógica psíquica pela qual incorporamos fragmentos do outro, ao mesmo tempo em que deixamos algo de nós com aqueles com quem nos relacionamos. A identidade, nesse sentido, emerge como um entrelaçamento de alteridades, o conjunto de pequenos pedaços que deixamos e coletamos por aí.

Por fim, podemos concluir que a reformulação radical da concepção de sujeito produzida pela introdução do inconsciente, inviabilizou qualquer noção de identidade que se sustente na ideia de unidade, permanência ou transparência, tal qual proposto inicialmente pelo pressuposto lógico parmenídico. Mas isso não quer dizer que precisamos ficar presos a essa noção, como se o significado estivesse hierarquicamente acima do significante. Nem quer dizer que não seja possível pensar em uma noção de identidade que seja coerente ao sujeito psicanalítico e, mais que isso, que integre também a importância das relações sociais que ele estabelece.

REFERÊNCIAS:

ARNETT, Jeffrey Jensen. Identity development from adolescence to emerging adulthood: What we know and (especially) don't know. **The Oxford handbook of identity development**, p. 53-64, 2015.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Filósofos pré-socráticos, Os**. Editora Cultrix, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, 2018.

CÉSAR, Jamile L.S; TATEO, Luca. The use of branded clothing in identity development and social relations between adolescents. **Culture & Psychology**, v. 30, n. 4, p. 939-956, 2024.

DESCARTES, Rene. **Meditações metafísicas**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior.(Coleção Os Pensadores) 2.ed. São Paulo: Abril Cultural. 1979

ERIKSON, Erik H. Identidade. Juventude e crise. **Editora Guanabara. Rio de Janeiro 2ª Edição**, 1987.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. In: **Obras completas, volume 14: história de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das letras, 2010

FREUD, S. & BREUER, J. **Obras Completas volume 2: Estudos sobre a histeria**. Companhia das Letras. (1893-1895).

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural Na Pós-modernidade**. DP&A. (2006).

HAMMACK, P. L., & TOOLIS, E. Identity, politics, and the cultural psychology of adolescence. *In L. A. Jensen (Ed.), Oxford library of psychology. The Oxford handbook of human development and culture: An interdisciplinary perspective.* 396–409. (2015).

LACAN, J. O Seminário Livro 11–Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise Rio de Janeiro: Jorge Zahar. **Trabalho original publicado em**, 1964.

LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 9 – A identificação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (2003).

MACHADO, Ricardo Gusmão. Elaboraões acerca do conceito de “liberdade individual” em “o mal-estar da civilização” de freud. **Revista Paranaense de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 118-150, 2024.

MONZANI, Luiz Roberto. Uma revolução semântica. **O Estado de São Paulo**, v. 480, n. VII, 1989.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em estudo**, v. 11, p. 427-436, 2006.

RICOEUR, Paul; RICOEUR, Paul. **History and truth.** Northwestern University Press, 1965.

ROSA, Miriam Debieux. A psicanálise frente à questão da identidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 121-128, 1998.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, p. 107-115, 2003.

DA SILVA, Flávia Gonçalves. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia da educação**, n. 28, 2009.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. The social identity theory of intergroup behavior. In: **Political psychology.** Psychology Press, 1979. p. 276-293.